

O GOLPE DE ESTADO DE 1964 NA BAHIA

MUNIZ FERREIRA*

Resumo: O autor deste artigo privilegiou em suas análises a desenvoltura dos partidos políticos na Bahia, mostrando as alianças em nível local desses partidos, inconciliáveis no cenário nacional. Estas alianças locais possibilitaram uma correlação de forças tão contrárias ao Governo de João Goulart, na Bahia, que a reação ao Golpe de 1964 foi expressada apenas pelos estudantes secundaristas e universitários e pelo Partido Comunista Brasileiro.

Abstract: The author of this article singles out in his analyses the carefree manner of political parties in Bahia, showing how alliances concluded by such parties at the local level are irreconcilable with the national stage. Such local alliances in Bahia allowed a balance of forces so much opposed to Goulart's government, that the only reaction to the Coup came from high school and university students, and the Communist Party.

A exemplo da grande maioria dos estados brasileiros, a Bahia experimentou de forma dramática os efeitos do movimento civil-militar de março-abril de 1964. Também aqui, como no restante do Brasil, este golpe de estado incidiu sobre uma realidade caracterizada pelas contradições e conflitos típicos de uma sociedade de base essencialmente tradicional em um momento crucial de seu processo de

modernização. De fato, a própria ocorrência do fenômeno no plano nacional e seu desdobramento em terras baianas representaram uma *solução* aos dilemas gerados no âmago de uma formação social confrontada com alternativas diversas, como a da possibilidade de um desenvolvimento economicamente autônomo, socialmente integrado e politicamente democrático ou o crescimento econômico dependente, socialmente assimétrico e politicamente autoritário. Tais contradições perpassavam o mundo político e social baiano às vésperas do 31 de março e se manifestavam no seio da administração do governador Lomanto Júnior.

O governo de Antônio Lomanto Júnior se constituiu como resultado do triunfo da coalizão UDN-PTB¹ sobre o candidato do PSD, Waldir Pires, nas eleições estaduais de 1962. Sustentada pelos círculos conservadores da política e da sociedade civil baiana de então e tendo como “padrinho” eleitoral Juracy Magalhães — na época governador, figura de proa da UDN e adversário declarado do presidente João Goulart —, a candidatura de Lomanto engendrava desde o início o paradoxo de incluir em sua chapa o PTB baiano, partido que, conquanto fosse hegemonizado na Bahia por sua ala menos “progressista”, era também o partido do primeiro mandatário da república. Inversamente, o Partido Social Democrático, o qual se notabilizava nacionalmente pela moderação de suas propostas e por um posicionamento de centro, trazia impressa na fisionomia política de seu candidato a marca do comprometimento com o reformismo econômico-social e abertura às demandas populares do ex-ministro do trabalho de Getúlio Vargas. De imediato, pode-se perceber, que o descolamento destas duas formações partidárias em relação às suas matrizes nacionais augurava a possibilidade de problemas no relacionamento bifrontal que qualquer um dos candidatos eleitos haveria de manter, por um lado com o governo da república, por outro com suas bases eleitorais. Nas palavras do sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães,

Enquanto Waldir buscava apoiar-se nas mesmas forças que sustentavam politicamente o governo Goulart – a organização sindical camponesa e a pequena burguesia reformista – Lomanto Junior encontrava na burguesia agrária e na oligarquia, apavoradas com as perspectivas

*de reformas de base, e nos demais setores burgueses o sustentáculo para as suas aspirações políticas sem descuidar-se, entretanto, de procurar nas massas populares os votos de que precisava.*²

Triunfante na corrida eleitoral e investido no governo do estado, a tarefa colocada diante do novo chefe do executivo baiano demandava o empreendimento de uma apreciável obra de engenharia política. Tratava-se de viabilizar sua administração através do estabelecimento de relações amistosas com a presidência da república, ao mesmo tempo, refrear os ânimos das forças sociais mais aguerridas tanto na confrontação ao presidente, quanto na luta pela aceleração das reformas de base. Do ponto de vista prático, naquele contexto, isto significava hipotecar apoio ao presidente Goulart, distanciando-se, contudo dos componentes mais reformistas de suas proposições governamentais, advogando, em contrapartida, uma resolução dos principais problemas nacionais segundo os princípios de um *progressismo cristão*, mais palatável a boa parte de seus aliados e apoiadores.³ Em uma de suas primeiras entrevistas como governador eleito, denunciou a “pobreza crônica” que grassava no estado da Bahia, defendeu o presidencialismo e prestigiou a Sudene de Jango. Afirmou que a melhor maneira de se enfrentar o desafio comunista seria vencendo a miséria.⁴ Equilibrista político, na boa tradição do PSD nacional, ao qual formalmente não pertencia, Lomanto procurou atuar, durante os doze meses de sua gestão que antecederam o golpe de 1964, como um “algodão entre os cristais”, amortecendo os atritos entre os Magalhães e Jango, o lacerdismo e o trabalhismo, a UDN e o PTB.

Foi neste espírito a convocação, pelo governador baiano, de um encontro com os governadores de estado no Palácio Rio Branco, entre os dias 24/02 a 02/03 de 64. Mas esta foi também a grande oportunidade à disposição do mandatário da Bahia para que pudesse apresentar nacionalmente sua proposta de enfrentamento da crise política que vinha se acentuando aceleradamente na esfera federal. Através da defesa de um federalismo autonomista ampliado, Lomanto buscava encontrar soluções para duas ordens de problemas, primeiro esvaziar o impacto da proposta de reformas de base do presidente Goulart, transferindo para a esfera estadual as decisões relativas a sua implementação ou não; assim como restabelecer as bases da estabilidade política e da governabilidade

(tanto sua, como de Jango), através do fortalecimento político dos estados e municípios, o que retiraria a presidência da república do centro da controvérsia acerca daquelas reformas. Mas, tratava-se também de restaurar uma proposição histórica do autonomismo baiano, fortalecendo no seio da UDN as posições do grupo politicamente mais moderado vinculado ao falecido governador Otávio Mangabeira.

De fato, pode-se afirmar que o mais poderoso partido político baiano de então se encontrava, *grosso modo*, dividido em três vertentes principais: uma tendência *liberal*, apoiada socialmente no pequeno e médio empresariado baiano e nos extratos intermediários da população, sobretudo as camadas médias urbanas, personificada nas figuras do próprio Lomanto Júnior e dos seguidores do falecido ex-governador e líder político Otávio Mangabeira; a facção conservadora, encabeçada por Luiz Viana Filho e seu clã político, encarnação das oligarquias baianas tradicionais e o grupo mais “duro”, militantemente anti Goulart e reformas de base, nucleado por outro clã político, o dos Magalhães (Juraci e Juthay), expressão política dos interesses da grande burguesia mercantil e financeira e ponta de lança no estado do movimento de desestabilização do governo federal. Entre estes dois últimos grupos gravitava a figura emergente de Antônio Carlos Magalhães, presidente do diretório estadual da UDN naquele momento. Todos eles partilhavam os valores comuns do anticomunismo e do antigetulismo, patrimônios maiores da cultura política udenista.

Enquanto o chefe do poder executivo estadual se esforçava para mediar o que se mostraria inconciliável na política nacional, a sociedade baiana foi surpreendida pelo golpe civil-militar de 31 de março-primeiro de abril de 1964. Exemplos desta surpresa são, não apenas a aposta de Lomanto Júnior na permanência de Jango no poder até o desfecho do golpe, como também — diferentemente do que ocorre em outros estados brasileiros — no apego de setores expressivos, da grande imprensa baiana à legalidade institucional, expresso no posicionamento assumido pelo jornal A TARDE.

Minado pelas subdivisões e paroxismos intrínsecos ao seu sistema de sustentação política na Bahia e aturdido pelo desprendimento e celeridade dos golpistas, o governo de Jango não teve quem o defendesse neste estado. Não faltou, contudo, quem tencionasse fazê-lo. Emiliano

José relata, em seu livro indispensável **Galeria F – Lembranças do Mar Cinzento**, o deslocamento de um grupo de estudantes, integrado por Sérgio Gaudenzi, Péricles de Souza e Raimundo Mendes para Feira de Santana, na esperança de organizar juntamente com o prefeito daquela cidade, Francisco Pinto, um esquema de resistência:

Este lhes disse que a situação no município não era boa e que ele próprio podia ser preso a qualquer hora. Seguiram, então, para Cruz das Almas, para pegar Amilcar Baiardi, presidente do Diretório de Agronomia. Baiardi já havia partido.⁵

Em Vitória da Conquista, outro prefeito municipal vinculado ao projeto de Goulart, José Fernandes Pedral Sampaio, também seria prontamente neutralizado pelos autores do golpe. Segundo seu próprio relato, concedido ao historiador José Alves Dias,

A minha prisão foi em circunstâncias assim muito de traição, como praticamente tudo que foi feito nesse golpe militar. (...) De manhãzinha, eu tive notícia de que tinha chegado uma companhia, vieram cem homens do exército, muitos armados, até carros, muitas metralhadoras, pra humilhar a cidade. A prisão foi da seguinte maneira: então eu soube que eles estavam aqui, (...) me aprontei pra ir ao quartel... Quando sai, — defronte da minha casa é o clube social — e o pessoal, a tropa [es]tava parada ali, o capitão Bendochi e outros militares. Eu passei, cumprimentei e disse até que ia fazer uma visita lá no quartel. Ele disse: Ah! O senhor vai? Então 'vum bora pra lá'. Na mesma hora entraram dois tenentes no meu carro e a gente seguiu até o quartel, que é a companhia, hoje, o batalhão militar, lá (...), mandaram eu me identificar, imediatamente disseram que eu [es]tava preso e me transferiram para uma cela onde eu fiquei incomunicável.⁶

Em Ipiaú, onde o prefeito, Euclides Neto, fora eleito pelo Partido Democrata Cristão com o apoio da UDN, a coerção militar não tardaria a chegar. Euclides Neto — quem na juventude desposara idéias socialistas, tendo militado no PCB em seus anos de estudante universitário em Salvador — atraía para si as atenções ao empreender

uma gestão marcada pela sensibilidade social e, horror dos horrores, pela desapropriação de uma fazenda do município para fins de reforma agrária. Visitado por uma junta militar e submetido a um Inquérito Policial Militar (IPM), o qual se estendeu de abril de 64 a dezembro de 65, o chefe do executivo municipal daquela pequena cidade baiana nada pode fazer para transformar em atos seu inconformismo com a destituição do presidente constitucional do país.⁷

O próprio governador Lomanto Júnior, que chegou a se reunir com sindicalistas na sede do Jornal da Bahia na suposta expectativa de organização de um movimento de defesa do mandato do presidente Goulart, acabaria tendo de se conformar ao novo estado de coisas nos dias que se seguiram. Como estímulo a esta decisão, foi despojado, pelo comando militar, do controle sobre a polícia militar baiana e visitado no Palácio da Aclamação pelo general de Brigada Manoel Mendes Pereira que muito provavelmente o confrontou com duas alternativas: a adesão ao golpe ou sua destituição. No dia 2 de abril de 1964, comunicou pessoalmente pela televisão ao povo baiano seu apoio à “Revolução”. A mesma sorte não teve o prefeito de Salvador Virgildásio Sena, partidário da UDN, que no ambiente volátil da política partidária baiana, havia se manifestado em favor das reformas de base. Destituído do cargo e confinado na sede da 6ª Região Militar, teria ainda seus direitos políticos cassados.

Fora do âmbito administrativo-institucional também se ensaiaram atos de resistência jamais efetivados. Franklin do Oliveira Jr. relata o encontro de militantes e simpatizantes do PCB no Sanatório Santa Mônica, em Salvador, com a finalidade de organizarem um “plano de resistência”. Contudo, lembra o autor, as discussões prolongaram-se até o dia 3 de abril quando os principais pontos estratégicos da cidade já haviam sido ocupados pelos golpistas, relegando o audacioso plano dos comunistas ao mundo das intenções. “Depois”, narra ainda Franklin, “o presidente do SINDIPETRO compareceria, junto com Alencar Ferreira Minho do Sindicato da Extração [de petróleo], a uma reunião no Sindicato dos Estivadores, quando é decretada a greve geral na Bahia, assumida na prática apenas por sete sindicatos”.⁸

Não se tratava de covardia nem de traição. Nos meses que antecederam o golpe civil militar de 1964, a fileiras dos adversários de

Jango e das reformas de base ampliavam-se sistematicamente, incorporando partidários ativos e influentes tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, ao passo que as forças legalistas e democráticas de sustentação ao governo tornavam-se sistematicamente isoladas. Exemplo disto é a atividade de mobilização de massas promovida pela hierarquia católica, procurando arregimentar seu rebanho para uma cruzada contra o “comunismo ateu” e seus supostos próceres janguistas neste estado. Tal movimentação iniciara-se nos primeiros meses de 1963, quando o monsenhor Malta, em nome da Cúria Diocesana, divulgou nota pública de reprovação à visita do marechal Josip Broz Tito, presidente da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, ao Brasil. Em seguida, realizou-se em Salvador a maior procissão de Corpus Christi até então registrada na cidade. Convocada pela Cruzada do Rosário em Família e presidida pelo bispo auxiliar dom Walfrido Vieira, a celebração teve como mote a “apreensão dos católicos em face da ameaça comunista”.⁹ Pouco tempo depois, realizou-se outra grande manifestação católica na Praça da Sé, esta organizada pelo Rosário de Nossa Senhora, movimento internacional liderado pelo padre canadense Payton, que convocou a população para “revigorar a fé cristã e fortalecer a unidade da família”, ambas alegadamente ameaçadas pela “expansão do comunismo” no Brasil. Ainda neste ano de 1963, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) realizou panfletagem nos domicílios soteropolitanos conclamando as famílias a enfrentarem “o inimigo comunista que é a negação da liberdade, da justiça e da paz”.

Este comprometimento crescente de setores da sociedade civil baiana com os esforços de desestabilização do governo de João Goulart não deixaria de ter, naturalmente, correspondência no ambiente parlamentar. Assim, comentando o célebre comício de treze de março de 64 na Central do Brasil, o parlamentar e escritor baiano Wilson Lins, integralista na juventude, mais tarde liberal, então consorciado com os “duros” da UDN estadual, invectivava contra o *meeting* carioca, advertindo que “os que amam a liberdade não serão ingênuos a ponto de deixarem o país se transformar em nova Bulgária, Polônia ou Cuba”.¹⁰ Não é, pois, surpreendente que o triunfo do *putsch* civil-militar contra o governo de Jango tenha sido recebido favoravelmente por setores expressivos das elites políticas e das classes dirigentes baianas. Muito

menos que, nos dias seguintes ao triunfo do golpe, a Assembléia Legislativa da Bahia aprovasse moção de congratulação ao governo pela nomeação de Juracy Magalhães para o cargo de embaixador nos Estados Unidos e pelo rompimento de relações diplomáticas com Cuba. Pouco depois, outra moção, apresentada por Wilson Lins, Francisco Benjamin, José Carlos Facó, Moitinho Dourado, Antonio Albuquerque, Áureo Filho e Joel Muniz, congratulava-se com os líderes do 31 de março que, segundo eles, estariam “lutando para restaurar no Brasil a legalidade democrática, vítima da traição de um governo que se cumpliciava com os piores inimigos da liberdade, os comunistas”.¹¹

Poucos dias após o golpe, o cardeal dom Álvaro Augusto da Silva oficiava um *Te Deum* e liderava uma “Marcha da Família com Deus pela Democracia”, do terreiro de Jesus até o Campo Grande, como agradecimento a Deus e aos comandantes militares pela salvação do país da “ameaça comunista”. Tal ato contou com o apoio ativo da deputada estadual Ana Oliveira, primeira mulher a presidir uma sessão da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, destacada arregimentadora do público feminino para a oposição ao Governo Goulart e as reformas de base, denunciadora das pretensas ações “dissolventes” e “subversivas” dos “comunistas” na vida social e política baiana.

Mas, a recepção favorável ao *coup d'état* civil militar de 1964 por segmentos das elites políticas baianas não se limitou à proposição de moções de apoio, ao envio de mensagens de congratulações e à celebração de missas de ações de graças. Em atendimento à solicitação encaminhada pelo comando da VI Região Militar à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa baiana, esta, em sua sessão de 28 de abril de 1964, declarou extintos os mandatos de seis deputados estaduais e um suplente, democraticamente eleitos, entre os quais Sebastião Nery, mais tarde conhecido comentarista político, e o dirigente comunista Aristeu Nogueira.

Havia chegado a hora do acerto de contas entre as correntes conservadoras e as tendências progressistas, entre as correntes da renovação e as forças do atraso, entre os homens do capital e o mundo do trabalho. Sim, porque o golpe que objetivava erradicar o movimento em prol da democratização da sociedade brasileira foi dirigido, prioritária e notoriamente, contra a classe operária. Franklin de Oliveira Júnior¹²

observa que o *putsch* de 1º de abril surpreendeu o segmento mais avançado do operariado baiano em pleno processo de adensamento de suas lutas reivindicatórias e obtenção de vitórias em suas demandas salariais. Fora sobretudo durante os anos 1960-1964 que os petroleiros da Refinaria Landulfo Alves de Mataripe (RLAM) haviam avançado no que se refere à melhoria das condições de trabalho, elevação de salários e participação nos processos de gestão da empresa. Tendo se celebrado então pela capacidade de organização e mobilização de seus funcionários e atividade eficaz de seu sindicato (o Sindipetro), a refinaria atrairia a atenção iracunda dos protagonistas da ruptura institucional, bem como de seus cúmplices de última hora. Nos dias que se seguiram ao triunfo da conspiração civil-militar uma verdadeira *razzia* foi desfechada contra os diretores do sindicato, expressivas lideranças do movimento da categoria ou mesmo trabalhadores da empresa acusados de atividades subversivas. Para que se tenha uma idéia, a professora Maria José Veloso, coordenadora do ensino noturno da Petrobrás, foi submetida a Inquérito Policial Militar (IPM), sob a acusação de utilizar o método Paulo Freire na alfabetização dos operários, o informativo do sindicato (**Sindipetro Jornal**) foi classificado, no mencionado inquérito, como um órgão de alta periculosidade para a democracia. O encarregado pelo comando das investigações, Cel. Frederico de Almeida, não hesitou em definir a refinaria como uma “república socialista”. Valioso repositório da paranóia inquisitorial utilizada na desarticulação do segmento mais consistente do sindicalismo baiano de então, o IPM da Refinaria Landulfo Alves foi o maior do norte e nordeste do Brasil nos anos do regime militar. Seu prolífico texto de 1580 folhas constitui hoje uma importante fonte para o estudo da história da refinaria e da organização e mobilização sindicais dos petroleiros baianos. É também um registro importante da mentalidade persecutória, estranha à democracia e hostil à classe operária que triunfou com o golpe. Porém, o mais relevante: como resultado de suas conclusões, cerca de 500 trabalhadores perderam seus empregos. Dirigentes sindicais foram destituídos, presos e tiveram seus direitos políticos cassados. Outros funcionários da empresa foram espancados, presos e processados pela lei de Segurança Nacional. Todo o repertório lamentável de ocorrências verificadas na primeira refinaria de petróleo do Brasil nos dias subseqüentes ao triunfo da “Revolução redentora” pode ser

adequadamente sintetizado na denominação conferida por um certo Capitão Abreu, oficial do 19º Batalhão de Caçadores da Capital, ao dia 12 de Abril de 64, quando vários líderes operários e personalidades da oposição democrática foram conduzidos para aquela unidade militar e ali submetidos a maus tratos e humilhações: “Noite de São Bartolomeu”.¹³

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia (então Universidade da Bahia), em sua primeira sessão após o golpe militar, realizada em 09/04/1964, aprovava uma moção, sob vários aspectos, lapidar e emblemática:

*O Conselho Universitário da Universidade da Bahia reunido pela primeira vez após a vitória da democracia contra o comunismo, expressa o seu regozijo patriótico e congratula-se com as gloriosas Forças Armadas pela nobre e serena atitude que assumiram na preservação dos legítimos anseios do povo brasileiro. Nesta oportunidade dirige uma calorosa saudação aos comandantes militares que atuam em nosso estado significando-lhes o seu apoio à orientação salutar de garantir a ordem democrática e defender nossas instituições políticas.*¹⁴

Aparentemente extasiado com o sucesso da conjuração contra as instituições democráticas, o então Reitor da Universidade, Prof. Alberico Fraga — personalidade ligada, segundo Mauricio Brito, aos círculos “duros” da UDN baiana — fez questão de consignar, na Ata da reunião do Conselho Universitário do dia nove de abril de 64, toda a extensão de seu regozijo pessoal, bem como sua disposição em contribuir para a objetivação do espírito do golpe no seio da universidade. Assim, ao anunciar as demissões de dois professores estigmatizados como subversivos, afirmava orgulhosamente: “Pratiquei, e o fiz com a abundância do coração, o primeiro ato arbitrário como Reitor da universidade, que foi a demissão pura e simples do famoso comunista Isidório Batista de Oliveira...”. Não satisfeito, o Magnífico Reitor foi ainda mais longe em sua imposição autoritária, acrescentando ao escárnio para com a democracia universitária todo o peso de seus juízos racistas:

O professor Nelson Pires, comunista, agitador contumaz, serviu-se desse negro analfabeto, que não sabe assinar o nome direito (...) Esse preto está preso. Fiz sua demissão pura e simples. (...) faço questão que fique registrado em Ata que pratiquei de coração alegre porque se trata de um negro moleque ousado e que merece ser castigado.¹⁵

Respalhada por tais sentimentos e atitudes, a repressão policial-militar não pouparia a UFBA, nem os membros de seus corpos docente, discente e funcional. Já no dia 1º de abril de 1964, uma assembléia estudantil na Faculdade de Medicina da UFBA, no terreiro de Jesus (a mais antiga do Brasil), foi dissolvida pela polícia, a sala do DA invadida e sua biblioteca foi saqueada e parcialmente incinerada pelos invasores. No dia seguinte o alvo foi a Faculdade de Odontologia, onde se esboçava um movimento de resistência ao golpe por parte de alguns estudantes. A mão pesada dos agentes da nova ordem política arrastou dali para a prisão 45 estudantes e 2 funcionários. Semelhante destino conheceria a residência universitária, varejada em plena madrugada por beleguins que arrastaram para o cárcere todos os alunos que ali repousavam desavisadamente.

Por outro lado e conquanto fortemente golpeada e paralisada em um primeiro momento, a consciência democrática baiana jamais permitiu que se extinguisse no estado a chama da resistência. Isto pode ser aferido pelo número de parlamentares, personalidades do mundo da política e da cultura e ativistas sociais cassados, encarcerados e processados ao longo dos primeiros meses após o golpe. Além dos já citados, podemos acrescentar os nomes de Francisco Mangabeira, Waldir Pires (Consultor Geral da República no final do Governo de Jango), Hélio Ramos, Fernando Santana, Mário Lima (dirigente petroleiro e parlamentar), Cícero Dantas, Mario Piva, Milton Santos e vários outros. Cabe, sobretudo, destacar a persistente atuação oposicionista, nas adversas condições reinantes no Senado da República, do parlamentar baiano Josaphat Marinho, muitas vezes ao lado do ex-governador Antonio Balbino, ambos eleitos pela legenda do MDB.

No âmbito da sociedade civil, a mobilização das forças democráticas se ampliou significativamente no período 1966/1968 através do ativismo dos estudantes secundaristas e universitários, que ocuparam as ruas da

cidade de Salvador em concorridas manifestações contra a proibição imposta às entidades estudantis, na rejeição dos acordos MEC-USAID e em favor de uma solução para o problema dos chamados “excedentes”.¹⁶ Movimentos de massas que, embora desarticulados após o AI-5, legaram exemplos e experiências que seriam retomados futuramente, quando do novo ascenso das lutas antiditatoriais do final dos anos 70 e início da década de 1980.

O ponto de irradiação das primeiras manifestações estudantis que questionavam o *status quo* político, através da negação de certos componentes da política educacional do novo regime, foi o Colégio Estadual da Bahia, já nesta época conhecido como Colégio Central. Aí se organizou, no ano de 1964 um grupo de teatro formado por alunos da escola e identificado pela sigla GATEB. Estavam à frente do GATEB, alunos vinculados à base secundarista do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desejosos de expressar sua insatisfação com a atmosfera político-cultural imperante, através da encenação de peças teatrais. Já tendo representado um texto de Millor Fernandes em seu primeiro ano de existência, o GATEB partia, em 1966, para a apresentação de um texto de sua própria criação. Tratava-se de *Aventuras e Desventuras de um Estudante*, elaborado pelo então secundarista Carlos Sarno, com a finalidade de retratar as dificuldades de acesso à educação pelos estudantes de origem popular, as deficiências do ensino ministrado aos mesmos, bem como a interdição das atividades organizativas dos estudantes dentro da escola, expressa na proibição do grêmio estudantil. No clima de obscurantismo cultural e obsessão com a segurança típicos do momento, a obra de Sarno foi estigmatizada como desafiadora da autoridade dos docentes e estímulo à indisciplina dos alunos, sendo proibida pela direção da escola. Tal proibição, por seu caráter arbitrário e despropositado, ateou fogo à inquietação dos alunos que, em face da desventura da falta das mais elementares liberdades, lançaram-se na aventura da rebelião. Não demorou muito para que alunos de outros colégios da capital baiana, submetidos então a semelhantes situações discricionárias, se identificassem com as demandas dos estudantes do Central e assumissem para si as mesmas bandeiras de luta, a saber, a reivindicação de ampliação do número de vagas nas escolas secundárias, aperfeiçoamento dos processos pedagógicos em consonância com as

necessidades dos discentes e liberdade de organização e mobilização dos estudantes através das entidades estudantis. Também os estudantes universitários da UFBA se incorporaram às manifestações, afligidos pela sanha repressiva, mencionada linhas atrás, pela introdução dos dispositivos autocráticos do novo regime na universidade, como, por exemplo, a Lei Suplicy Lacerda — que extinguiu a UNE e as entidades gerais dos estudantes e reorganizou os Diretórios Acadêmicos no espírito da despolitização — e o Decreto 477 que punia com o afastamento da vida acadêmica os estudantes envolvidos em atividades “subversivas” no seio das universidades. Uma vez generalizado o movimento, generalizava-se também a interdição, agora extensiva a todo o município de Salvador. Em conseqüência, a capital baiana foi sacudida por vigorosas manifestações secundaristas entre os meses de maio, junho, julho e agosto de 1966, as quais, por sua vez, reprimidas a cassetete e patas de cavalos pelas autoridades, converteram as ruas de Salvador, até então uma relativamente pacata cidade litorânea, em um campo de batalha, no qual polícia e secundaristas se enfrentavam em combates logisticamente desiguais.

O episódio, pela sua própria natureza, gerou o ensejo para a manifestação de importantes personalidades do mundo da cultura em oposição à escalada obscurantista e repressiva que naquele momento se configurava. Trinta e dois intelectuais baianos, entre eles Jorge Amado, Walter da Silveira, Sante Scaldasferri, João Ubaldo Ribeiro, assinaram um manifesto em que defendiam a liberação da peça e manifestavam solidariedade aos secundaristas soteropolitanos. Em um dos primeiros gestos efetivos de um dignitário do catolicismo baiano em apoio aos atos de oposição à repressão ditatorial, o abade do mosteiro de São Bento, Dom Timóteo Amoroso Anastácio, abriu as portas do mosteiro para acolher os estudantes perseguidos e ofereceu suas instalações para a representação da obra de Sarno. Em resposta, o mosteiro foi visitado pelo comandante da VI Região Militar, que recomendou a não apresentação do espetáculo naquele local de retiro e adoração sob o argumento de que isto seria inaceitável para as Forças Armadas, marcando assim o início do confronto e a acentuação das diferenças entre a Igreja e os maiores do regime.

Inferiorizada em termos logísticos na confrontação entre a mitra e a espada, a hierarquia católica, através do próprio Cardeal Arcebispo, solicitou a suspensão dos preparativos para a encenação da peça e orientou a publicação de um manifesto público de repúdio à coerção militar. A força prevalecia sobre a razão. Sarno se viu obrigado a sair da cidade e do país, optando por passar um ano na distante Alemanha Federal. Golpeado pela violência repressiva, o movimento refluiu. Mas, tratava-se apenas da primeira batalha. Nas duas décadas seguintes, a oposição política e os movimentos populares reocupariam as ruas, impo-se-iam pelo número à truculência dos esbirros e sentenciariam, através do isolamento e da privação da legitimidade, a derrocada do regime ditatorial.

As manifestações de massa dos estudantes baianos converteram-se numa escola, onde se formou toda uma geração de dedicados participantes da luta contra o autoritarismo militar.¹⁷ Do próprio seio do GATEB ou de sua periferia imediata, saiu um núcleo de estudantes secundaristas, formado por Carlos Sarno, Jurema Valença, Marie Helene Russi, Chantal Russi e Nemésio Garcia, entre outros, os quais, batizados na luta oposicionista pelos eventos antes narrados e radicalizados por certas concepções revolucionárias então em voga, romperam com o PCB nos meses seguintes, vindo a integrar na seqüência, a Dissidência Comunista da Bahia (DI/BA), a qual, mais tarde, se integraria, por sua vez, à organização guerrilheira Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), um dos grupos mais ativos no movimento de luta armada contra o regime militar dos anos (1968-1974).

Outra parcela das lideranças estudantis formada ou amadurecida no curso daquelas manifestações também se notabilizaria nos anos subseqüentes por seu comprometimento com formas mais radicalizadas de oposição à ditadura militar. Encabeçado pelos irmãos Júlio e Juca Ferreira, Sérgio Landulfo Furtado, Renato da Silveira e José Carlos de Souza, este grupo, que também participou da formação da DI/BA, vinculou-se, mais tarde ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Audaciosa organização de guerrilha urbana responsável, entre outras ações de impacto na época, pelo seqüestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil em setembro de 69. Marcados por um sombrio histórico de prisões e mortes neste estado, os militantes baianos do MR-

8 acabariam por se associar a um dos episódios mais cruciais de toda a trajetória de confrontos entre a esquerda armada e o regime militar no Brasil: a transferência, para a Bahia, do ex-capitão Carlos Lamarca (expressiva liderança guerrilheira) e sua subsequente perseguição, captura e morte no interior do estado.

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), outro agrupamento político militar de intensa atuação naqueles anos, também teve sua implantação na Bahia, em grande parte, devido à iniciativa de estudantes baianos moldados nos enfrentamentos de rua de 1966. O PCBR foi estruturado em Salvador através da atuação dos irmãos Renato e Marcos Affonso de Carvalho, Natur de Assis Filho e Roberto Albergaria. Engrossado, mais tarde, pelo retorno de Dirceu Régis (secundarista baiano que se destacara à frente dos estudantes do calabouço no Rio de Janeiro) e a chegada do potiguar Theodomiro Romeiro dos Santos e do recifense Paulo Pontes da Silva. Após a prisão dos membros da sua primeira direção nacional no Rio de Janeiro em 1970 — o que acarretou inclusive a morte, por tortura, do jornalista e dirigente comunista baiano Mario Alves, natural de Sento Sé —, verificou-se a migração de seu corpo dirigente para a cidade de Salvador. Como decorrência deste fato, dois eventos de dramática relevância se verificaram na cidade, o único assalto a banco realizado por uma organização de esquerda na Bahia nos anos do regime militar, em maio de 1970, e a morte do sargento da aeronáutica Wander Xavier de Lima em confronto com os militantes Paulo Pontes, Theodomiro dos Santos e Getúlio Cabral. Este último incidente resultou na condenação do jovem Theodomiro à pena de morte, fato sem precedentes na história do Brasil republicano.¹⁸

Tais relatos são apresentados aqui com a finalidade de substantivar a afirmação de que em terras baianas, como de resto ao longo de todo o território nacional, o golpe civil-militar de março/abril de 1964 funcionou como um divisor de águas. Da mesma forma que atraiu para si o apoio dos segmentos mais conservadores e antidemocráticos da sociedade civil, terminou também por mobilizar contra si, as ações e as vontades dos setores democráticos, progressistas e reformadores da sociedade brasileira e baiana. Convém neste passo sublinhar que também na Bahia, as forças avançadas da cidadania não se omitiram em face da ordem ditatorial. Por meios pacíficos ou violentos, de forma moderada ou

radical, na atividade político parlamentar ou na militância social, na rebeldia estética ou na contestação comportamental, um arco cada vez mais amplo de personagens e atores sociais ocuparia seus lugares nas frentes de resistência ao arbítrio e à repressão, inserindo a Bahia no mapa da resistência antiditatorial.

Por outro lado, cabe assinalar, em conclusão, que o golpe de 64 acelerou substanciais transformações na dinâmica do poder neste estado. O triunfo da conspiração de Mourão Filho representou, no plano local, a derrota do “populismo moderado” de Lomanto Júnior e o colapso da política pendular da ala liberal da UDN. Com a formação do Governo Castelo Branco, ascende ao primeiro plano da política baiana, aumentando concomitantemente sua influência política na esfera federal, a facção conservadora de Luiz Viana Filho. Mas, com a decretação do AI-5 e a posterior formação do governo de Garrastazú Medici, criaram-se as condições para a ascensão ao poder de forças mais afinadas com as novas diretrizes federais. Diretrizes que pressupunham a superação completa de todo o legado da república liberal com o seu tortuoso contraditório parlamentar e os complexos e demorados processos de constituição de maiorias políticas para a tomada de decisões. Tratava-se de “evoluir” para um sistema de administração pública verticalizado, ágil, centralizado e capaz de atender às demandas de um novo ciclo de desenvolvimento econômico acelerado, concentrador e excludente. Nestas novas condições, o tecnocrata deveria ocupar o lugar do político no plano das decisões administrativas. O alinhamento automático deveria substituir qualquer vestígio de oposição. Havia chegado afinal, o momento do protagonismo dos atores da modernização conservadora em terras baianas. A partir do ano de 1970, eles demonstrariam sua capacidade de não desperdiçar oportunidades.

Notas:

*Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia.

¹Integravam esta aliança ainda dois partidos menores: o Partido Republicano (PR) e o Partido Libertador (PL), ambos surgidos do seio da própria UDN.

²GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *A Formação E A Crise Da Hegemonia Burguesa Na Bahia – 1930 A 1964*. Salvador, UFBA, Dissertação de mestrado, 1982, p. 179.

³Durante a campanha para o governo da Bahia em 1962 foi organizada a Aliança Eleitoral pela Família, organismo católico destinado a orientar os votos dos fiéis. O candidato apoiado pela Aliança foi Lomanto Júnior. Cf. Assembléia Legislativa da Bahia. *Bahia de Todos os Fatos*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1997.

⁴Idem, ibidem.

⁵JOSÉ, Emiliano. *Galeria F – Lembranças do mar cinzento (2ª parte)*. São Paulo, Editora Casa Amarela, 2004.

⁶DIAS, José Alves. *A Subversão Da Ordem: Manifestações De Rebeldia Contra O Regime Militar Na Bahia 1964-1968*. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 2001, p. 63.

⁷Sobre a gestão de Euclides Neto, ver a monografia de conclusão do curso de história de Albion Souza Silva, *O Caráter Socialista Da Gestão De Euclides Neto No Município De Ipiáú (1963-1967)*. Ilhéus, Universidade Estadual Santa Cruz, 2003.

⁸OLIVEIRA JR., Franklin. *A Usina dos Sonhos – Sindicalismo petroleiro na Bahia: 1954-1964*. Salvador, EGBA, 1996, p. 182.

⁹Ver, *Bahia de Todos os Fatos*. Op. cit; p. 256.

¹⁰Idem, p. 258.

¹¹Idem, p. 259.

¹²OLIVEIRA JR., Franklin, op. cit, pp 193-207.

¹³Alusão, por um lado, a tradição segundo a qual ocorre nesta data a noite mais ventosa do ano. Em segundo lugar à recordação do massacre dos huguenotes na capital francesa no ano de 1579.

¹⁴Ver, BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *Capítulos De Uma História Do Movimento Estudantil Na Ufba (1964-1969)*. Dissertação de Mestrado, Salvador, UFBA, 2003, p. 37.

¹⁵Ata da sessão do Conselho Universitário da Universidade da Bahia de, 09/04/1964, apud Brito, Mauricio, op.cit; p. 28.

¹⁶Estudantes aprovados no vestibular, mas privados de vagas nas universidades oficiais.

¹⁷Uma análise circunstanciada do processo de integração dos estudantes baianos às organizações de guerrilha pode ser encontrada no trabalho de SILVA, Sandra Regina Barbosa da, *“Ousar lutar, ousar vencer”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Salvador, UFBA, 2003 (Dissertação de Mestrado).

¹⁸A este respeito, é possível consultar o trabalho de CARVALHO NETO, Jovinião Soares de. *Theodomiro: os limites da Mídia e da Anistia. A imprensa baiana e o primeiro condenado à morte na república*. Salvador, UFBA/FACOM, Agosto de 2000 (Dissertação de Mestrado).